

PROJECTO CO-PESCA Cenários para um processo de cogestão das pescas no eixo PenicheNazaré

Relatório Final



Data de publicação: 13 de Outubro de 2015

Conteúdos, Revisão e Paginação: Equipa WWF MedPO em Portugal

Financiamento: Programa Operacional da Pesca (PROMAR)









Índice

RESUMO	1
1. DIAGNÓSTICO	3
2. AVALIAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO	5
2.1. Avaliação Prévia dos Casos de Estudo Diagnosticados	5
2.2. AVALIAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO PELOS STAKEHOLDERS	7
2.3. AVALIAÇÃO FINAL DOS CASOS DE ESTUDO	8
2.3.1. Apanha de Percebe das Berlengas	10
2.3.2. Apanha de Bivalves na Lagoa de Óbidos	11
2.3.3. Outros casos de estudo	11
2.4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO CO-PESCA	11
2.4.1. Comunicação Participativa	12
2.4.2. Estudo de Impacto do Projecto	12
3. COMO TORNAR A CO-GESTÃO UMA REALIDADE	14
3.1. MESA REDONDA E DEBATE "PRÓXIMOS PASSOS DA CO-GESTÃO EM PORTUGAL"	14
3.2. REFLEXÕES SOBRE OS PRÓXIMOS PASSOS	15
3.2.1. Modelo de co-gestão	16
3.2.2. Factores de Fragilização /fragilidade	18
3.3. CO-PESCA II	19
1 REFERÊNCIAS BIRLIOGRÁFICAS	21



RESUMO

O projecto Co-Pesca iniciou-se em Agosto de 2014 com o objectivo de identificar pescarias no eixo Peniche-Nazaré que pudessem beneficiar de uma solução para assegurar a sua sustentabilidade económica, social e ambiental.

Um processo de co-gestão implica "um conjunto de acordos com diferentes graus de partilha de poder, permitindo a tomada de decisão conjunta do governo e dos utilizadores sobre um conjunto de recursos ou uma área" (Gutierrez, s/data). A cogestão é promovida pela WWF (2011) como forma de incentivar a participação de um grupo diverso de partes interessadas na construção de iniciativas que contribuam para a gestão sustentável das pescarias. Esta estratégia deve ter por base a concepção de um plano de gestão abrangente, específico para as pescarias em causa, que seja sustentado pela melhor informação científica disponível sobre as espécies-alvo, ecossistema e habitats. Desta forma, potencia-se uma pesca sustentável a longo prazo num mar saudável, cumprindo, ao mesmo tempo, as demais exigências para a pesca na União Europeia¹ e de legislação ambiental.

A WWF envolveu mais de 40 entidades no projecto – associações de pescadores locais, escolas e universidades, empresas, instituições e grupos de acção costeira, administração local e central, outras ONGs, representando os diferentes sectores da sociedade civil.

Efectuou-se um primeiro diagnóstico onde foram identificadas 11 pescarias com potencial para entrar num processo de co-gestão; a estas pescarias foram alvo da aplicação de uma série de critérios desenvolvidos pela WWF, o que levou à selecção de 6 pescarias que foram analisadas e debatidas na primeira reunião com as partes interessadas em Fevereiro. Dos contributos de todas as partes interessadas, bem como da discussão gerada, foi possível obter informação que levou à identificação das duas pescarias com maior potencial para a co-gestão a curto prazo.

A WWF concluiu que as duas pescarias que actualmente apresentam maior potencial para implementar a co-gestão são a apanha do percebe das Berlengas e a apanha de bivalves na Lagoa de Óbidos, sendo que nesta última há outras pescarias com potencial para acompanhamento no futuro.

A sessão de encerramento do projecto Co-Pesca – que ocorreu no dia 15 de Julho em Peniche – pretendeu promover uma reflexão sobre os "Próximos passos da Co-gestão em Portugal" através da organização de um debate em mesa redonda que contou com a presença de representantes de variadas instituições. Neste debate transparente e participativo foram realçadas as obrigações tanto do Estado como da sociedade ao nível da gestão de recursos, importância da fiscalização, definição e discussão dos próximos passos e modelos de co-gestão em pescas, e o duplo papel das ONGs de facilitadoras e interessadas na tomada de decisão destas questões. Foi também mencionada a urgência

¹ Regulamento (UE) № 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 sobre a Politica Comum de Pescas.



em implementar no terreno a co-gestão, passando-se da teoria à prática, reconhecendose nesta metodologia a sustentabilidade da actividade da pesca ao diminuir o impacto no ecossistema e habitats.

Para além deste debate foram apresentados os resultados do projecto pela WWF, bem como os resultados do estudo de impacto do projecto efectuado por uma empresa independente, o qual, mais uma vez, tornou evidente a imagem positiva da co-gestão junto das partes interessadas.

A comunicação do projecto pretendeu chegar ao máximo de pessoas e instituições interessadas no tema, bem como criar uma cultura de co-gestão para a tornar uma realidade efectiva e com resultados. Assim, realizaram-se várias reuniões, foi desenvolvido um microsite específico para o projecto Co-Pesca², e foram produzidos 3 relatórios e 3 newsletters para divulgação junto de públicos-alvo diversificados (Anexos I a VI).

A WWF apoia fortemente a co-gestão das pescas em todo o mundo e tem ganho grande experiência na organização e mediação destes processos. Participou activamente no desenvolvimento da co-gestão em Espanha: na Catalunha com a pescaria da galeota de areia e pesca do camarão vermelho, e na Galiza com a apanha do percebe.

² Http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/co_pesca/



1. DIAGNÓSTICO

O primeiro diagnóstico das pescarias com potencial para co-gestão no eixo Peniche-Nazaré consta do relatório "Potenciais unidades de gestão para o estabelecimento de um processo de co-gestão das pescas no eixo Peniche-Nazaré #1" finalizado a 14 de Novembro de 2014 (ver o relatório completo no Anexo I). Este diagnóstico consistiu numa caracterização do eixo Peniche-Nazaré tanto em termos ambientais como do sector das pescas, a qual serviu de base para todo o trabalho desenvolvido posteriormente. Em baixo, estão destacados os principais aspectos desta caracterização.

Destaques da Caracterização do eixo Peniche-Nazaré

- O eixo Peniche-Nazaré abrange uma área de cerca de 2500 Km²
- Este eixo abrange (de Sul para Norte), os seguintes concelhos: Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Nazaré
- Nesta área vivem cerca de 400 000 habitantes
- As suas características climáticas são muito influenciadas pela proximidade do Atlântico
- A oceanografia da região é influenciada pela tipografia do canhão da Nazaré e pela circulação associada de variadas correntes que afectam os níveis de temperatura, salinidade, oxigénio e nutrientes nos diferentes níveis batimétricos
- Apresenta importantes e variadas características ambientais que incluem zona da costa rochosa e arenosa, a lagoa de Óbidos, o arquipélago das Berlengas, o canhão da Nazaré
- Esta zona é caracterizada por ter fortes ventos e ondulação e uma corrente marítima predominante dos quadrantes norte e noroeste
- O Mar é considerado o propulsor de desenvolvimento regional e uma fonte vasta de recursos e oportunidades
- Ligação histórica à pesca que a mantém como uma forte actividade económica nos sectores da captura, da indústria das conservas, da indústria do frio e dos estaleiros navais apesar do actual declínio
- Comunidades piscatórias de dimensão média (Peniche) a pequena (Nazaré) mas de grande importância em termos socioeconómicos dependentes de actividades relacionadas com o sector primário
- Nesta área, existem dois portos de importância regional, Peniche e Nazaré, e um de importância mais local, S. Martinho do Porto
- No eixo Peniche-Nazaré, existem 2 delegações da Docapesca, Peniche e Nazaré, e uma subdelegação na Foz do Arelho, que são os locais de desembarque do pescado da região.
- Ao longo das últimas décadas, a sardinha tem sido a espécie mais desembarcada e com maior importância (em peso) para a região apesar de haver uma grande variedade de espécies desembarcadas devido à biodiversidade assinalável da área.
- A pesca do cerco é o segmento de pesca mais importante para Peniche (tanto em peso como em valor), enquanto a pesca polivalente tem mais preponderância na Nazaré.
- A pesca do arrasto apresenta dados semelhantes tanto para Peniche como para Nazaré, apesar de nesta última cidade também haver registos de pesca com ganchorra, que é uma arte de pesca arrastante dirigida aos bivalves.

De seguida, efectuou-se uma primeira identificação das pescarias que constituem os casos de estudo do projeto (Tabela I) fazendo-se uma primeira avaliação dos prós e contras de cada um.



Tabela I – Resumo dos vários casos de estudo identificados por tipo.

Tipo Caso de Estudo					
	Caso de estudo 1				
	Pequena pesca / Pesca local na Nazaré				
Artes de pesca	Caso de estudo 2				
	Melhoria da pescaria do peixe para secar d				
	Nazaré				
	Caso de estudo 3				
	Pesca do Meixão no rio Alcoa por pescadores				
	da Nazaré				
	Caso de estudo 4				
Espécie	Apanha do Percebe das Berlengas				
	Caso de estudo 5				
	Pesca da lagosta				
	Caso de estudo 6				
	Sardinha / certificação				
	Caso de estudo 7				
Área geográfica	Reserva Natural das Berlengas				
	Caso de estudo 8				
	Lagoa de Óbidos				
	Caso de estudo 9				
	Canhão Submarino da Nazaré				

Para o Sumário executivo deste relatório de diagnóstico (ver Anexo II) foi efectuada uma pré-análise dos casos estudo, pelo que apenas foram apresentados 6 casos de estudo (ver secção seguinte). Uma vez que serviu de base de trabalho foi distribuído pelos interessados no projecto na 1.ª reunião de stakeholders do projecto, via correio eletrónico e disponibilizado na nossa Página web.



2. AVALIAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

2.1. Avaliação Prévia dos Casos de Estudo Diagnosticados

A Figura 1 ilustra os 3 pilares que foram considerados neste trabalho como a base para uma co-gestão efectiva e que alcance a sustentabilidade dos recursos marinhos.



Figura 1- Os 3 pilares da co-gestão

Após o diagnóstico inicial dos 9 casos de estudo incluídos na Tabela I foram efectuados contactos com diversos *stakeholders* onde foram referidos mais dois casos de estudo cujas características mereciam também ser analisadas em termos do seu potencial de co-gestão. Estes foram: Pesca de Dourada e Robalo nas Berlengas e Pesca da *Raja undulata*.

A Tabela II mostra uma análise dos prós e contras de cada um dos 11 casos finais com uma avaliação global baseada nos pilares referidos na Figura 1. Os casos de estudo identificados com potencialidade média ou elevada (Tabela II) foram os escolhidos para serem apresentados e discutidos na Reunião de *stakeholders* através do Sumário Exxcutivo do relatório de diagnóstico (ver Anexo II).

Tabela II – Avaliação global da potencialidade da co-gestão dos 11 casos de estudo identificados. Casos de estudo (CE): 1 – Pesca de pequena escala da Nazaré; 2 – Peixe seco da Nazaré; 3 – Pescaria de meixão no Ria Alcoa; 4 – Apanha de Percebes das Berlengas; 5 – Pesca de Lagosta; 6 – Pesca da sardinha e certificação MSC; 7 – Reserva Natural das Berlengas; 8 – Lagoa de Óbidos / Apanha de Bivalves; 9 – Canhão Submarino da Nazaré; 10 – Pesca de Dourada e Robalo nas Berlengas; 11 – Pesca da Raja undulata. Legenda: X – Potencialidade baixa; ± - Potencialidade média; ✓ - Potencialidade alta.

	CASOS DE ESTUDO POTENCIAIS ANALISADOS										
Casos de Estudo	CE 1	CE 2	CE 3	CE 4	CE 5	CE 6	CE 7	CE 8	CE 9	CE 10	CE 11
Potencialida de da Co- Gestão	Х	±	х	✓	±	х	х	✓	х	±	✓
Prós	• Com possibilidade se trabalhado em conjunto com o CE 5	• Interessante a vários níveis: género, questões culturais, pesca artesanal, etc.	Oportunidade para gerir um recurso que, embora proibido, continua a ser explorado Oportunidade para envolver pescadores	Já existe envolvimento e interesse dos pescadores Já existem estudos científicos e envolvimento de cientistas Já existem medidas de gestão	Recursos costeiros e da pesca com interesse Valor comercial elevado	• Liderança s locais	• Com possibilidade se trabalhado em conjunto com o CE 4	Já existe envolvimen to e interesse dos pescadores Já existem estudos científicos e envolvimen to de cientistas Forte apoio político	• Ecologicame nte importante (mas nós não conseguimos quantificar)	Recursos costeiros e da pesca com interesse Valor comercia I elevado	Já existe envolvime nto e interesse dos pescadores Já existem estudos científicos e envolvime nto de cientistas Forte apoio político
Contras	 Necessidade de maior organização associativa 	Baixo impacto no stock do carapau (pesca de pequena escala)	Demasiados conflitos na lei, gestão e exploração Vulnerabilidad e dos recursos Baixo apoio político	Necessidade de reforçar os benefícios da co-gestão	Poucos estudos científicos Estatuto desconhecido	 Pesca e stock com dimensão nacional Já é um tipo de co-gestão 	Demasiados conflitos	Baixo conhecime nto local pela equipa da WWF	Dimensão espacial muito grande Pouco conheciment o científico Pouco conheciment o sobre a pesca local	Muito difícil de identific ar os pescador es envolvid os	Classificada como ameaçada pela IUCN



2.2. Avaliação dos Casos de Estudo pelos Stakeholders

A 1.ª reunião do projecto da WWF 'Co-Pesca', que decorreu no dia 11 de fevereiro de 2015 na ESTM em Peniche, teve dois principais objectivos: por um lado apresentar o projecto e exemplos de co-gestão das pescas, e por outro dar oportunidade aos *stakeholders* presentes de contribuir com mais informação e conhecimento para os casos de estudo previamente identificados no eixo Peniche-Nazaré. Desta forma, pretendeu-se não só recolher informação como também envolver os *stakeholders* em possíveis processos de co-gestão, verificando assim o seu nível de conhecimento, compromisso, interesse e influência.

Esta reunião teve a presença de 32 participantes representantes de variadas instituições. Os trabalhos deram início com uma apresentação do trabalho da WWF em Portugal por Ângela Morgado, bem como as boas vindas da parte da ESTM pelo subdirector, Sérgio Leandro. De seguida, o projecto foi apresentado sumariamente por Rita Sá da WWF Portugal com referência aos 6 casos de estudo previamente identificados (ver os casos de estudo identificados com potencialidade média ou elevada da Tabela II), onde foi pedido aos presentes que escolhessem 2 destes para trabalharem durante a 2.ª parte da sessão. O caso de sucesso da co-gestão da pesca de enguia de areia na Catalunha foi apresentado por Maurício Pulido, representante desta pescaria, sendo este reforçado de seguida por José Luis Ríos da WWF Espanha, com outros casos de cogestão de pescarias espanholas acompanhadas pela WWF. A apresentação do Maurício Pulido foi particularmente incisiva ao demonstrar com um exemplo concreto como é que a co-gestão pode ter resultados tão concretos e importantes do ponto de vista ambiental, económico, social e cultural.

A 2.ª parte da reunião decorreu com os trabalhos dos participantes sobre os 6 casos de estudos previamente identificados no eixo Peniche-Nazaré. Cada caso de estudo tinha uma mesa com um respectivo facilitador e relator, acrescentando-se ainda uma mesa para sugestões de casos de estudo que não tivessem sido identificados. Os participantes foram convidados a escolherem uma mesa para trabalharem durante 20 minutos na análise do caso de estudo e dos pilares de co-gestão respectivos, bem como o seu posicionamento em termos de influência e interesse. Inquiriu-se ainda qual a melhor forma de se realizar a comunicação do projecto. De seguida, os presentes mudaram de mesa/caso de estudo onde estiveram mais 20 minutos. Cada relator fez um pequeno resumo dos trabalhos efectuados e a sessão foi encerrada com a presença dos Presidentes das Câmaras Municipais da Nazaré e Peniche, Walter Chicharro e António Correia, respectivamente.

Os trabalhos decorreram da melhor forma com o envolvimento de todos os presentes. Nesta 1.ª reunião foi possível obter uma análise preliminar dos vários casos de estudo por parte de variados *stakeholders*. A fraca representatividade dos pescadores nesta reunião motivou mais tarde os esforços por parte da equipa do projeto para envolvê-los com maior proximidade e menor formalidade nos casos de estudo que vieram a ser desenvolvidos no âmbito deste projecto.



A 1ª newsletter do projecto pretendeu divulgar a reunião e as actividades desenvolvidas (ver Anexo III) e foi distribuída pelos interessados via correio eletrónico e disponibilizado na Página de Internet. De seguida, toda esta informação trabalhada durante esta reunião foi compilada no Relatório "Projecto Co-Pesca: Cenários para um processo de co-gestão das pescas no eixo Peniche-Nazaré - Relatório: Primeira reunião do projecto da WWF 'Co-Pesca'" (ver o relatório completo disponibilizado no Anexo IV) que também foi distribuído pelas mesmas vias de comunicação.

2.3. Avaliação Final dos Casos de Estudo

A análise da informação da primeira reunião de partes interessadas, que decorreu no dia 11 de fevereiro em Peniche, permitiu identificar os casos de estudo que actualmente têm maior potencial para um processo de co gestão.

Desta forma, o trabalho desenvolvido foi cruzado com informações recolhidas em variadas reuniões presenciais e encontra-se sumarizado na Tabela III. Nesta tabela, a potencialidade alta só foi identificada em casos de estudo em que todos os pilares (Pescadores, Ciência e Cientistas, Instituições e Politicas) estão de alguma forma assegurados.

Esta tabela reflete o pouco envolvimento e interesse de grande parte dos pescadores que sendo representados pela CAPA-Cooperativa dos Armadores de Pesca Artesanal CRL não estiveram presentes na reunião de *stakeholders*. Os casos de estudo identificados com a potencialidade mais elevada foram os únicos em que os pescadores estiveram representados e que demonstraram interesse efectivo em avançar com a co-gestão em reuniões que decorreram durante o projecto. Desta forma, contamos com a contribuição e interesse da Amb - Associação dos Mariscadores das Berlengas e da APMLO - Associação dos Pescadores e Mariscadores da Lagoa de Óbidos.

Dos seis casos de estudo apresentados, e que foram discutidos com os presentes na reunião de 11 de fevereiro, a WWF seleccionou dois (Figura 2) devido ao conhecimento científico já existente, ao envolvimento e interesse tanto dos pescadores como dos cientistas e da Administração, cumprindo os requisitos pré-estabelecidos. Assim, o projecto Co-Pesca trabalhou com dois dos seis casos de estudo apresentados — o Percebe das Berlengas e a Lagoa de Óbidos — por estes serem os que actualmente apresentam maior potencial para um processo de co-gestão.

Tabela III – Avaliação da potencialidade da co-gestão dos 6 casos de estudo pelos stakeholders. Casos de estudo (CE): 1 − Peixe seco da Nazaré; 2− Apanha de Percebes das Berlengas; 3 − Pesca de Lagosta; 4 − Lagoa de Óbidos / Apanha de Bivalves; 5 − Pesca de Dourada e Robalo nas Berlengas; 6 − Pesca da Raja undulata. Legenda: ± - Potencialidade média; ✓ Potencialidade alta.

	CASOS DE ESTUDO ANALISADOS PELOS <i>STAKEHOLDERS</i>								
Casos de Estudo	CE 1	CE 2	CE 3	CE 4	CE 5	CE 6			
Potencialidade da Co- Gestão	±	✓	±	✓	±	±			
Pescadores	± - Falta de interesse por parte dos pescadores em manter as práticas artesanais - Envelhecimento da população de pescadores	 ✓ Diálogo com pescadores já existente Licenças estáveis Pescadores a favor da cogestão 	± - Falta de associados de pescadores de lagosta - Mercado ilegal e paralelo	 Pescadores organizados e interessados Universo limitado de pescadores 	± - Falta de organização - Actividade muito individual e territorial - Dificuldade em envolver estes pescadores	± - Falta de unidade dos pescadores Nazaré/Peniche			
Ciência e Cientistas	✓ - Abundância de carapau	- Variados Estudos - Recurso valioso	- Oportunidade de intervenção científica na avaliação do recurso	✓Variados Estudos	± - Existe informação mas não é fidedigna - Biologia das duas espécies é bem conhecida	- Insuficiente conhecimento sobre actividade da pesca que captura a raia			
Instituições e Politicas	✓ - Interesse por parte da autarquia	 Instituições receptivas Medidas de gestão já existentes Bom entendimento entre todos os envolvidos 	✓ - Vontade de melhorar a situação	✓ - Instituições receptivas - Bom entendimento	✓ - Vontade de melhorar a situação	Proibição (medida legislativa actual) Possibilidade de discutir medidas para gestão deste recurso com a participação dos pescadores			



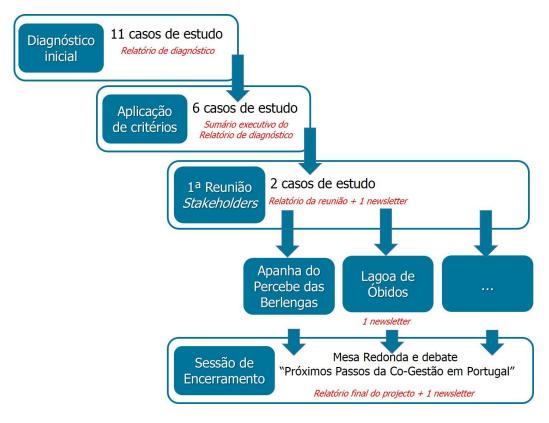


Figura 2- Resumo da Metodologia Global.

Esta informação foi sintetizada e divulgada através da 2ª newsletter do projecto (ver Anexo V), tendo sido distribuída pelos interessados via correio eletrónico e disponibilizado na Página de Internet.

2.3.1. Apanha de Percebe das Berlengas

Pelas razões anteriormente referidas, a WWF entende que este caso de estudo tem potencial para avançar com a co-gestão. Esta opinião é também partilhada pela Associação de Mariscadores das Berlengas, a Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Peniche, a Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que consideram que existe "maturidade" necessária para avançar com a co-gestão, uma hipótese que já é falada há cerca de 10 anos. Embora a ideia de um processo participativo esteja em evolução há bastante tempo, não foi até agora possível avançar com a co-gestão, pelo que a WWF pretende servir de alavanca para unir todas as partes e concretizar esta necessidade.

Para poder avançar com um processo de co-gestão do Percebe das Berlengas é necessário discutir questões relacionadas com o enquadramento legal, sistema de monitorização e vigilância, entre outras. A Apanha do Percebe das Berlengas tem várias vantagens ao comparar-se com outras pescarias semelhantes, como a Apanha do Percebe do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), dado o seu isolamento geográfico, área reduzida e a inexistência de pesca lúdica.

Depois do acordo de todas as partes para a importância de obter financiamento que permita a implementação da co-gestão, a WWF começou a desenvolver uma proposta



de modo a aproveitar toda a dinâmica que foi criada durante este projecto. Esta candidatura pretende ser uma continuação do Co-Pesca.

2.3.2. Apanha de Bivalves na Lagoa de Obidos

A DGRM considera que tem adoptado uma política de gestão participativa através da criação de Comissões de Acompanhamento (CA) para diversas pescarias em Portugal, como a Sardinha, a Xávega, o Percebe do PNSACV, entre outros. Estas CA são criadas através de Portarias que são publicadas em Diário da República, e embora não decidam medidas de gestão dão pareceres para o apoio à tomada de decisão.

Durante a análise deste caso de estudo, a DGRM identificou a necessidade da criação de uma CA que envolvesse a Associação de Pescadores e Mariscadores Amigos da Lagoa de Óbidos, a Capitania de Porto, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a própria DGRM. A WWF foi considerada como possível observador, tanto pela importância de haver uma representação da sociedade civil como pelo seu envolvimento no projecto Co-Pesca. Neste momento, a DGRM está avançar com esta Portaria.

É importante ressalvar que a ambição da WWF é de que este caso de estudo não se fique apenas pela co-gestão de uma pescaria mas sim de toda a Lagoa de Óbidos, com todas as suas condicionantes ambientais (como as dragagens cuja jurisdição está sob a tutela da Agência Portuguesa do Ambiente - APA) ou políticas (pertence a várias Câmaras Municipais). A WWF pretende apoiar este caso de estudo, envolvendo-se na CA e criando sinergias entre os vários envolvidos de modo a que no futuro esta ambição seja uma realidade.

2.3.3. Outros casos de estudo

A WWF continuará a colaborar em paralelo com todos os stakeholders dos restantes casos de estudo, com vista a identificar e a criar novas oportunidades de trabalho, reforçando o seu envolvimento e participação neste processo que julgamos poder ser uma das abordagens-chave no sentido de melhorar a sustentabilidade das pescas portuguesas.

2.4. Avaliação dos resultados do Co-Pesca

Este projecto veio demonstrar que estão reunidas as condições para implementar a cogestão em pescarias no eixo Peniche-Nazaré, ou seja, que a co-gestão pode tornar-se nesta região uma realidade a médio prazo (algo que é desejado e assinalado como importante pela maioria dos stakeholders). O envolvimento dos vários stakeholders foi muito relevante no processo, com uma participação significativa e acompanhamento de todas as fases de forma assinalável.

Para além desta conclusão, é importante ressalvar outros pontos, sendo que alguns destes serão desenvolvidas no ponto 3. COMO TORNAR A CO-GESTÃO UMA REALIDADE:

1) É preciso haver uma entidade que lidere estes processos.



- 2) A participação dos stakeholders é fundamental para estes processos, não só em termos do acesso a outro tipo de conhecimento e informação mas também no envolvimento, contribuição e compromisso na definição das regras.
- 3) As ONGs podem ter um papel de introdução de novas metodologias de gestão (no caso da Lagoa de Óbidos) ou de liderança (no caso do Percebes das Berlengas) para fazerem avançar a implementação da co-gestão em Portugal.
- 4) A co-gestão efectiva precisa de ser assim entendida e aceite por todas as partes de forma a trabalharem consensualmente na sua definição legal.
- 5) A constituição do órgão de co-gestão deve reflectir as características e necessidades específicas da pescaria em questão, tendo abertura suficiente para envolver outros stakeholders consoante haja necessidade.
- 6) O financiamento destes processos é essencial para tornar a sua implementação e concretização no terreno uma realidade.
- 7) Estes processos podem tornar-se bastante morosos mas este tempo despendido é necessário para assegurar a sua solidez cujo retorno poderá ser muito mais positivo e concreto.

2.4.1. Comunicação Participativa

A comunicação do projecto pretendeu chegar ao máximo de pessoas e instituições interessadas no tema, bem como criar uma cultura de co-gestão para a tornar uma realidade efectiva e com resultados. Assim, foram efectuadas variadas reuniões pessoais, bem como o desenvolvimento de um microsite específico para o projecto Co-Pesca³, 3 relatórios e 3 *newsletters* que foram divulgadas conforme o público-alvo.

2.4.2. Estudo de Impacto do Projecto

A WWF pediu a uma empresa independente, a GfK-Metris, para realizar um estudo para avaliar juntos dos vários *stakeholders* o trabalho da WWF nesta área e o seu interesse em participar activamente num processo de co-gestão.

O estudo do impacto do projecto Co-Pesca foi realizado através de entrevistas a 40 *stakeholders* e concluiu que a WWF e o projeto Co-Pesca têm um elevado nível de reconhecimento entre os *stakeholders*: 93% conhecem a WWF e 80% o projecto; também 93% dos entrevistados manifestaram interesse na implementação de um caso de Co-gestão; 65% dos *stakeholders* consideraram o trabalho desenvolvido pela WWF no âmbito do projeto Co-Pesca excelente ou muito bom. Os entrevistados defendem os benefícios da Co-gestão para o sector da pesca em particular a partilha de responsabilidades entre os pescadores, envolvimento de todos na gestão dos recursos e sustentabilidade.

³ Website do Projecto Co-Pesca. [Consultado em 02 de setembro de 2015]. Disponível em: http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/co_pesca/.



Desta forma, este estudo veio mostrar o envolvimento dos *stakeholders* no projecto, bem como reforçar a potencialidade da co-gestão naquela região, uma vez que expôs a vontade e a necessidade da sua implementação por parte dos vários entrevistados.



3. COMO TORNAR A CO-GESTÃO UMA REALIDADE

O principal objectivo do projecto Co-Pesca foi a identificação de possíveis pescarias para entrar em processo de co-gestão. Para além disso, pretendia também o desenvolvimento de "um modelo de pré-avaliação para aferição do potencial de viabilidade de implementação de esquemas de co-gestão de recursos marinhos com potencial de replicação para outros eixos do território nacional" (segundo a proposta do projecto).

Neste sentido, e dada a natureza adaptativa que os projectos participativos necessitam ter, surgiu a necessidade e a possibilidade da organização de um debate que fizesse uma reflexão sobre a Co-gestão em Portugal, pegando como ponto de partida os casos de estudo identificados pelo Projecto Co-Pesca e outras experiências onde a WWF tem estado envolvida.

3.1. Mesa Redonda e debate "Próximos Passos da Co-Gestão em Portugal"

No dia 15 de Julho de 2015, na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche, decorreu a sessão de encerramento do projecto 'Co-Pesca - a Co-Gestão como solução para uma pesca sustentável no eixo Peniche-Nazaré', a qual juntou todas as partes interessadas para um debate transparente e participativo sobre as conclusões apresentadas pela WWF.

A mesa redonda, moderada pela Catarina Grilo da Fundação Calouste Gulbenkian e sob o tema "Próximos passos da Co-gestão em Portugal", contou com a participação activa de Alberto Jacinto (Associação de Pescadores e Mariscadores Amigos da Lagoa de Óbidos) - representante do caso de estudo da Apanha de Bivalves da Lagoa de Óbidos); Emanuel Henriques (Associação de Mariscadores das Berlengas) e Teresa Cruz (Universidade de Évora) - representantes do caso de estudo da Apanha do Percebe das Berlengas; António Correia (Presidente da Câmara Municipal de Peniche); Edgar Afonso (DGRM); Mauricio Pulido (Representante da pesca da Galeota de areia da Catalunha); Susana Sainz-Trapaga (WWF Mediterrâneo); e Yorgos Stratoudakis (IPMA). O debate foi aberto à plateia para questões e comentários. O ICNF não pôde estar presente mas enviou uma mensagem de apoio ao projecto e à co-gestão, nomeadamente no caso da Apanha de Percebe das Berlengas.

A mesa redonda realçou as obrigações tanto do Estado como da sociedade ao nível da gestão de recursos, importância da fiscalização, definição e discussão dos próximos passos e modelos de co-gestão em pescas e o duplo papel das ONGs enquanto facilitadoras e interessadas na tomada de decisão destas questões. Realçou ainda a confiança na co-gestão, os seus benefícios e a necessidade de passar da teoria à prática neste domínio sob pena de se esvaziar o conceito e o processo de co-gestão como garante da sustentabilidade das pescas e dos oceanos.

A 3ª newsletter do projecto pretendeu divulgar esta sessão de encerramento bem como as suas principais conclusões (ver Anexo VI) tendo sido distribuída aos interessados no projecto via correio electrónico e disponibilizado na nossa Página de Internet.



3.2. Reflexões sobre os Próximos Passos

A WWF pretende consolidar e implementar processos de co-gestão de pescas no eixo Peniche-Nazaré, tornando a co-gestão em Portugal uma realidade e, desta forma, dar continuidade ao projecto Co-Pesca. Pretende-se definir as bases para implementar um Comité de co-gestão nos dois casos de estudo que permitam tomar decisões sustentáveis sobre as pescarias em causa (Figura 3).

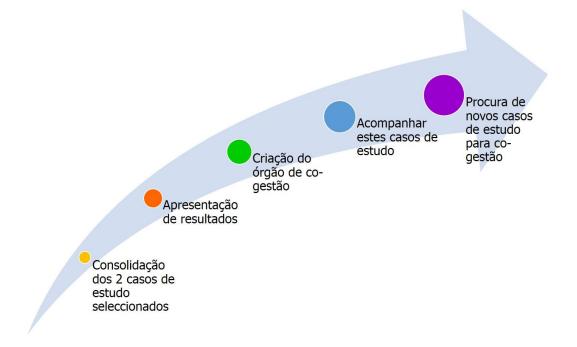


Figura 3 – Próximos passos do Projecto Co-Pesca

A escolha dos casos de estudo é importante para que façam parte da criação de uma cultura de co-gestão que dê oportunidade para a implementação de outros processos. Desta forma, estes Exemplos-Bandeira apresentam características específicas, são pescarias de espécies fixas (apanhas), em zonas geográficas bem delimitadas e com pescadores que já conhecem e aspiram adotar a co-gestão. Por exemplo, na apanha do percebe das Berlengas considera-se o potencial de desenvolver-se um "laboratório de co-gestão" com o envolvimento e compromisso de todos.

O tema transversal a qualquer modelo de co-gestão é a sustentabilidade dos recursos, tanto ambiental, como económica e social. Para tal, é necessário seguir um modelo de gestão assente em dados científicos reais e credíveis que levem a medidas e acções que privilegiem estas preocupações.

Para além disto, é importante criar um Cultura de Co-Gestão em conjunto com Organizações de Pesca, Administração Central, Local, Universidades e Sociedade Civil no sentido de criar cidadãos interventivos e co-responsáveis na tomada de decisões que procurem a sustentabilidade de recursos que são de todos.



A Formalidade do processo de Co-gestão pode ser muito variável conforme as realidades. Por um lado, a comissão de co-gestão da pescaria da Galeota de areia da Catalunha (constituída pelas Associações de Pescadores da pescaria, a Administração Regional da Catalunha, Cientistas e ONGs) ainda não foi formalizada funcionando com base num compromisso verbal da Administração de aprovar todas as decisões que dela emanem (esperando-se a sua oficialização para breve). Por outro lado, a criação da CA da apanha de bivalves na Lagoa de Óbidos depende da aprovação de um diploma legal emanado da DGRM, sendo que a CA tem como objectivo servir de apoio à tomada de decisão – e não ser a fonte da tomada de decisão – sendo sempre a última palavra dada pela Administração. Apesar de consideramos que não há uma resposta ideal que sirva para todos os casos, a formalização da comissão de co-gestão é a formalização da própria co-gestão, considerando-a como uma peça essencial e legítima na gestão dos recursos. Para além disso, é também uma forma de a proteger de eventuais alterações de políticas e de abrir caminho mais facilmente para outras pescarias que cumpram os requisitos para entrarem em processos desta natureza (ver "Avaliação Prévia dos Casos de Estudo Diagnosticados"). Assim, consideramos a elaboração de uma Portaria Conjunta entre as tutelas das áreas abrangidas por cada caso de estudo, como é o caso da Apanha do Percebe das Berlengas que envolve as tutelas do Ambiente e das Pescas, por ser a única forma de criar uma legislação que seja relativamente fácil de alterar e adaptar-se às necessidades que forem surgindo durante a gestão.

Em processos de Co-gestão tem-se observado uma diminuição de conflitos entre os vários intervenientes (García Allut et al., 2013), por passarem a trabalhar em conjunto na procura de um objectivo comum, criando a possibilidade de perceber opiniões diferentes. Isto é muito importante, uma vez que muitas vezes a Administração despende muito tempo e recursos a tentar resolver questões de desacordo entre as várias partes relacionadas com o Ambiente e as Pescas.

Uma das questões mais levantadas ao longo deste projecto foi a necessidade de existir quem junte as várias partes e sirva de alavanca para o arranque deste tipo de processos. A existência de projectos como o Co-Pesca, bem como as próprias ONGs que assumem aqui um duplo papel de interessados e facilitadores pode ser parte da resposta para este problema.

3.2.1. Modelo de co-gestão

O Modelo de Co-Gestão que foi desenvolvido durante o projecto Co-Pesca e que contou com participação de todos os envolvidos está resumido na Figura 4.

Este Modelo pressupõe uma grande margem de adaptabilidade à realidade onde for aplicado e por isso, as características que consideramos essenciais têm um caracter generalista e sem hierarquias. A Co-gestão varia muito consoante a pescaria e os interlocutores que estão envolvidos, e o modelo implementado deve ter estas questões em conta.

De acordo com o artigo nº10 do Regulamento (UE) Nº 1380/2013 relativo à política comum das pescas, "a exploração sustentável dos recursos biológicos marinhos deverá assentar na abordagem de precaução, que deriva do princípio de precaução referido no



artigo 191.0 nº 2, primeiro parágrafo, do Tratado, tendo em conta os dados científicos disponíveis". Desta forma, este modelo tem que ser baseado em estudos científicos, a fim de desenvolver um Plano de Gestão com medidas técnicas que:

- (1) Assegurem a sustentabilidade da pescaria a longo prazo,
- (2) Abordem o impacto ambiental da pescaria (espécies acompanhantes, habitats, etc.),
- (3) Prevejam acções de monitorização, controlo e cumprimento.

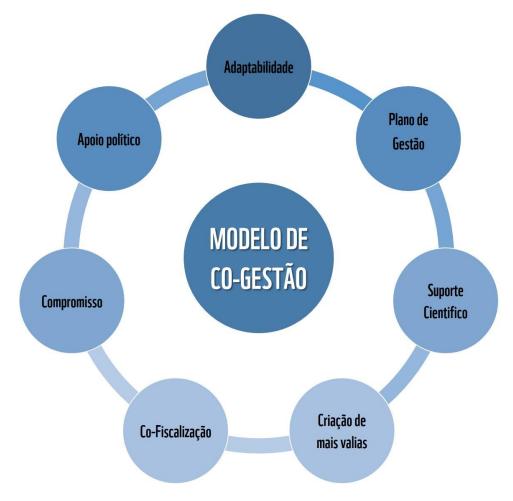


Figura 4 – Esquema do Modelo de Co-gestão.

A definição de regras bem definidas com a punição efectiva de quem não cumpre (Ex: económica, retirar licença, etc.) deve estar enquadrada no já referido Plano de gestão juntamente com medidas como a redução / grande controlo do esforço de pesca e a declaração total e absoluta das capturas.

É importante que um processo de co-gestão crie mais-valias, incentivos e privilégios, aos pescadores envolvidos (Ex: pescar espécies que não costumam ser pescadas, limitação de licenças, etc.) em função do seu cumprimento e envolvimento para a manutenção do modelo de gestão em níveis de sustentabilidade. Para além disto, é importante também criar mais-valias económicas do recurso co-gerido como a possibilidade de certificação (Marine Stewardship Council, Denominação de Origem Protegida, entre outras) ou de maior intervenção no mercado ou outras formas de controlo do mercado.



O apoio na fiscalização, libertando algumas competências da Administração Central e criando mecanismos mais adaptáveis e conhecedores da realidade co-gerida, é algo a ter em conta. A Co-fiscalização (ex.: Mariscadores Galegas, empresas contratadas por Associações de Pescadores, entre outros) é um complemento eficaz que assenta no pressuposto de que a co-responsabilização torna os próprios pescadores mais atentos e ciosos em proteger a sua actividade de infrações também por si determinadas. Desta forma, se os infractores forem externos à actividade e aos envolvidos, a fiscalização da Administração Central deve ser envolvida, se os infractores forem internos, a Co-Fiscalização deve ser reforçada e organizada para resolver os problemas dos intervenientes em causa. Assim, a co-gestão tem demonstrado em casos de sucesso uma assinalável diminuição de pesca ilegal por contribuir para a declaração total das capturas.

Outra questão central deste tipo de modelo é o Compromisso assumido por todas as partes que vai desde a Administração que precisa de aceitar as decisões do comité de co-gestão aos pescadores ao tornar toda a sua actividade mais transparente e acessível. Este é talvez o requisito mais peculiar deste modelo, uma vez que dificilmente é mensurável e que pressupõe muito trabalho de bastidores e de envolvimento de todos. Não esquecer que a presença dos pescadores neste tipo de órgãos normalmente é feito através de representantes e que estes terão que fazer passar todo o tipo de mensagens, decisões e regras aos pescadores directamente que as irão aplicar no terreno no seu diaa-dia. O seu envolvimento efectivo é a chave do sucesso da co-gestão de uma pescaria.

Para finalizar, um contexto em que o Apoio Político à co-gestão seja favorável pode fazer totalmente a diferença. Habitualmente, o Estado é quem elabora as regras e fiscaliza o seu cumprimento, pelo que os cidadãos em geral e os pescadores em particular estão habituados a delegar as responsabilidades. A Co-gestão pressupõe uma partilha de poder e isso torna-a completamente revolucionária. Em Portugal, a DGRM considera que tem implementado uma gestão participativa uma vez que tem incentivado a criação de várias CA que, apesar de não terem poder para a criação de medidas de gestão, dão apoio na tomada de decisão. A União Europeia tem apoiado e promovido a co-gestão em várias situações, como a pescaria da Galeota de areia da Catalunha, o que mostra uma grande abertura em termos internacionais e que queremos trazer para a realidade das pescas portuguesas.

3.2.2. Factores de fragilidade

Com tudo o que foi referido anteriormente, em que as vantagens da co-gestão foram realçadas e analisadas, é necessário também avaliar os factores de fragilização/ fragilidade que neste momento poderão limitar o sucesso da implementação dos casos de estudo selecionados pela WWF.

Existe uma necessidade urgente de mudança de paradigma com uma profunda mudança de mentalidade em todos os envolvidos, nomeadamente:

- Criação de uma cultura de conservação entre os profissionais da pesca;
- Capacidade de criação de espaços de diálogo onde seja possível diluir interesses contraditórios entre os vários parceiros;



- Capacidade da Administração para partilhar o seu poder no processo de tomada de decisão;
- Capacidade de cientistas para valorizarem o conhecimento dos pescadores nos seus estudos;
- Motivação dos cientistas para que se envolverem em processos de gestão, algo relativamente novo para a maioria deles;
- Capacidade dos pescadores para demonstrarem uma real disponibilidade e assumirem assim a responsabilidade do seu envolvimento.

A <u>capacidade financeira</u> não deve ser o factor limitador para a implementação da cogestão pelo que linhas de apoio específicas e imediatas tornam-se fundamentais. No caso da Apanha de Percebe das Berlengas, por exemplo, a co-gestão já é discutida há cerca de 10 anos e já foi percorrido um longo caminho com a organização dos mariscadores numa associação representativa da atividade. No entanto, na ausência de financiamento para avançar com um processo de co-gestão,o <u>cansaço e o desgaste</u> podem deitar a perder um caso de estudo caraterizado pela maturidade e solidez.

Outra questão muito importante, referida pelo pescador Maurico Pulido sobre a pescaria da Galeota de Areia da Catalunha, é a importância de <u>"Saber gerir em momentos de abundância mas também em momento de escassez"</u>. Existem factores que muitas vezes ultrapassam a própria gestão da pescaria, como questões ambientais ou de mercado, e é nesses momentos que é preciso reforçar a importância e utilidade da co-gestão e do envolvimento de todos os intervenientes, assumindo a responsabilidade da gestão sustentável dos recursos.

Para estes dois casos de estudo específicos que foram selecionados pela WWF ainda existem várias questões laterais que podem fragilizar a co-gestão, como os problemas ambientais levantados pelas dragagens na Lagoa de Óbidos, alterações climáticas com consequentes alterações dos ecossistemas, e concorrência da pesca lúdica.

3.3. Co-Pesca II

A concretização dos objectivos do projecto Co-Pesca permitiu concluir que a co-gestão é um passo possível e desejável para os dois casos de estudo trabalhados pela WWF. Este passo deve ser formalizado sob a forma de um projecto que deverá procurar obter capacidade financeira, ao qual demos o nome de Co-Pesca II (Figura 5).

A WWF acredita que o desenvolvimento do Co-Pesca II, com os exemplos-bandeira de implementação da co-gestão na Apanha de Percebes das Berlengas e na Apanha de Bivalves da Lagoa de Óbidos, será crucial para criar uma cultura de co-gestão e tornar esta abordagem mais visível, trazendo-a à discussão e melhorando a sua aceitação pública.



Constituir o comité de co-gestão

Desenvolver com *stakeholders*.

- Plano de Gestão com medidas técnicas
- Plano de Participação e Comunicação

Ações principais:
- Promover, facilitar e mediar as reuniões do Comité
- Divulgar e comunicar publicamente os resultados com *lobbying* político

Objectivos finais:
- Melhorar a gestão
- Assegurar a exploração sustentável, respeitando ecossistema e *habitat*

Figura 5 – Esquema dos objectivos específicos do Projecto Co-Pesca II.



4. Referências bibliográficas

García-Allut A. *et al.* (2013). Co-management. Getting States and fishing sector to share responsibilities and dialogue on Sustainability of the Sea. First Symposium First Regional Symposium on Sustainable Small-Scale Fisheries in the Mediterranean and Black Sea, 27–30 November 2013, St. Julian's, Malta.

Gutierrez N.L. (w/ date). Management and co-management options for small-sclae fisheries in the Mediterranean and Black Sea. General Fisheries Commission for the Mediterranean. Thematic session II. Draft prepared by Nicolas L. Gutiérrez. 37p.

WWF (2011). Global Position Paper on Fishery Rights-Based Management. Position Statement. Smart Fishing Initiative. 6p. file:///C:/Users/Rita/Downloads/rbm position statement final oct 28 201 1.pdf (consultado a 24/09/2014).



